



CAPITAL, COLONIALIDADE E EXTRATIVISMO: NOTAS SOBRE AS PRÁTICAS TERRITORIAIS DE PODER NO SETOR MINERAL

Capital, coloniality and extrativism: notes on the territorial practices of power in mining sector

Capital, colonialidad y extractivismo: notas acerca de las prácticas territoriales de poder en el sector mineral

Gustavo Schiavinatto Vitti¹

Recebido em julho de 2019. Publicado em outubro de 2019.

Resumo

O presente artigo busca discutir conjuntamente três conceitos centrais para compreender a realidade das relações de poder no interior dos países do sul: Capital, colonialidade e extrativismo. Busca-se realizar uma discussão acerca da permanência das dimensões da colonialidade no período contemporâneo e sua relação com o setor extrativo. Promove uma discussão acerca das práticas de poder no projeto colonial, perpassadas por relações de pacificação, coerção e tutela. Observando a continuidade e modificações dessas práticas nas ações e políticas corporativas das empresas mineradoras no período contemporâneo, por meio de ações "gestão do risco social" e "governo indireto". A discussão acerca dessas práticas busca indicar as formas de controle e gestão realizadas pelas empresas extrativas no controle e gestão de conflitos, ações e subjetividades das comunidades afetadas por seus empreendimentos.

Palavras-chave: Mineração; Conflito; Território.

Abstract: *The present article seeks to discuss together three central concepts to understand the reality of power relations within southern countries: Capital, coloniality and extractivism. The aim is to discuss the permanence of the coloniality dimensions in the contemporary period and its relations with the extractive sector. It promotes a discussion about the practices of power in the colonial project, permeated by relations of pacification, coercion and protection. It observes the continuity and modifications of these practices in the corporate actions and policies of the mining companies in the contemporary period, through actions "social risk management" and "indirect government". The discussion about these practices seeks to show the forms of control carried out by the extractive companies in management of conflicts, actions and subjectivities of the communities affected by their projects.*

Key-words: Mining; Conflict; Territory.

Resumen: *El presente artículo busca discutir conjuntamente tres conceptos centrales para comprender la realidad de las relaciones de poder en el interior de los países del sur: Capital, colonialidad y extractivismo. Se busca realizar una discusión acerca de la permanencia de las dimensiones de la colonialidad en el período contemporáneo y su relación con el sector*

¹ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional -IPPUR/UFRJ, gustavovitti@gmail.com

extractivo. Promueve una discusión acerca de las prácticas de poder en el proyecto colonial, atravesadas por relaciones de pacificación, coerción y tutela. Observando la continuidad y modificaciones de estas prácticas en las acciones y políticas corporativas de las empresas mineras en el período contemporáneo, a través de acciones "gestión del riesgo social" y gobierno indirecto. La discusión acerca de estas prácticas busca indicar las formas de control y gestión realizadas por las empresas extractivas en el control y gestión de conflictos, acciones y subjetividades de las comunidades afectadas por sus emprendimientos.

Palabras clave: *Mineria; Conflicto; Territorio.*

INTRODUÇÃO

Este artigo busca conjugar três conceitos/elementos que nos parecem centrais para compreender a realidade das relações de poder no interior dos países do sul e mais especificamente da América Latina. A escolha por Capital e não capitalismo, se dá na tentativa de fazer ver um tipo de *relação social* que se estabelece e não necessariamente falar do *modo de produção*. Entende-se aqui Capital, como aponta Marx, (2013) como um forma de mediação/relação entre as pessoas no interior desse modo de produção. O conceito de colonialidade vem a guiza das reflexões de Quijano (2009; 2005) e Dussel (2005), buscando situá-la para além de uma perspectiva histórica do colonialismo, como forma de dominação de um tempo-espaço específico, e que assim, não desapareceu com a suposta independência ou “descolonização”. Extrativismo, por sua vez, possui duas razões: uma primeira, mais circunstancial, que diz respeito a dimensão que os impactos do projetos extrativos têm angariado, como podemos observar nos rompimentos de barragem de rejeitos de minério em Mariana e Brumadinho em Minas Gerais; e outra, que poderíamos situar como mais estrutural, que trata-se do papel central que o extrativismo, em suas mais variadas formas têm com essa relação capital-colonialidade. Se apenas podemos compreender o capitalismo, e a modernidade, a partir da experiência colonial, primeiramente nas Américas e posteriormente na África, só podemos compreender a construção da colonialidade e sua relação com a “modernidade” a partir do extrativismo. O quanto da modernidade europeia e de seus aspectos políticos, jurídicos e culturais nascentes no século XVI não foi gestado e engendrado nas minas de prata de Potosí, como bem aponta Dussel (2005)?

Dessa forma, essa relação nos parece constitutiva do sistema-mundo moderno-colonial (QUIJANO, 2009) e nos fornece pistas para observar as relações entre os processos coloniais extrativos e as permanências e discontinuidades desses no período contemporâneo. Como aponta Quijano (2005, p. 117) “a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”. Buscar reconhecer os traços de permanência e adaptação das formas de poder colonial nas novas relações estabelecidas, não mais

no julgo das “colônias” propriamente ditas, pode contribuir na compreensão da presentificação dessa colonialidade nas relações chamadas *modernas*.

Os setores extrativos, dentre os quais a mineração tem grande destaque, tratam-se de um importante lócus para a observação dessas formas de poder colonial. Uma vez que os territórios com potencial minerário eram as principais áreas de interesse estratégico e sigiloso das nações colonizadoras, como demonstra Pratt (1999) a partir dos relatos de viajantes ao continente². Caráter estratégico que permanece nos dias de hoje, seja ao observar que grande parte do interesse econômico das grandes empresas multinacionais e nações desenvolvidas sobre os países outrora colonizados centra-se sobre áreas ricas em recursos naturais, seja em observar a própria atuação dos Estados-nação do Sul em viabilizar a qualquer custo a constituição de projetos de mineração, a custa de territórios tradicionais, flora e fauna, respaldados na justificativa de “interesse nacional”.

Outro aspecto que se enquadra nessa abordagem relacional a partir do setor extrativo, para fazer suscitar o debate entre poder e colonialidade, trata-se da grande expansão dos projetos mineradores na América Latina -e no mundo como um todo -a partir dos anos 1980. Esse processo de expansão, que ganha ainda mais relevância nos anos 2000, promove um processo de apropriação de terras e exploração de recursos extravertida, que remonta ao projeto colonial, em que toneladas de ouro e prata eram enviadas das matas e serras latino-americanas diretamente ao continente europeu. Os minerais mudaram – hoje em dia se disputa mais o mercado de metálicos do que o de ouro – e o destino também – com a China adquirindo a maior parte da produção de minério da região, entretanto o grau de exploração se mantém, e os desdobramentos e relações de poder frente às populações indígenas, negras, tradicionais e camponesas também. Se a relação não se dá mais entre colônia e metrópole, o que mantém, ou como se mantém, a colonialidade do poder/saber engendrada no território latino-americano como forma de manutenção do processo de acumulação capitalista? Longe de dar conta por completo dessa pergunta, cabe trazer a luz alguns elementos teóricos e empíricos que auxiliam a refletir sobre essas dimensões e como esses se articulam.

Nesse sentido dividiu-se este artigo em duas partes/posicionamentos: 1. *Da colonialidade enquanto prática: dimensões para além da historicidade*, em que busca-se introduzir a ideia de colonialidade, resgatando alguns conceitos e noções dos autores vinculados ao debate dos estudos pós-coloniais e *decoloniais*; 2. *A dimensão contemporânea dos projetos minerais: Práticas empresárias*

2 O texto de Pratt é bastante interessante no sentido de demonstrar como havia uma relação entre colônia e império, no sentido do que vai denominar de transculturação, nessa dimensão entre moderno-colonial. Vai demonstrar, por exemplo, a importância para a ciência moderna das expedições dos viajantes no interior do continente latino-americano, no conhecimento da flora, da fauna, de geomorfologia, etc.

territoriais e relações de poder no setor extrativo, que busca trazer alguns elementos da discussão sobre as práticas empresárias de produção do consenso e dissuasão de conflitos no setor extrativo, em um cenário de expansão da grande mineração na América Latina e alguns elementos de reflexão sobre a permanência e transformação dessas práticas em relação a dimensão da colonialidade.

DISCUSSÃO

Da colonialidade enquanto prática: dimensões para além da historicidade

Antes de partirmos para as questões que tocam o debate do extrativismo em si, nos parece importante estabelecer algum diálogo com alguns autores que elaboraram acerca do pensamento pós-colonial e trazem reflexões ao pensar a partir do “sul” sobre as dimensões do poder-saber constituído a partir da experiência colonial.

Como destacamos o fim do colonialismo histórico, com o processo de independência das nações na América no decorrer do século XIX ou mais tardiamente a “descolonização” nos países Africanos e asiáticos não implicou necessariamente na emancipação cultural, política e econômicas desses países. Processo que se observa na manutenção das relações de dependência entre centro-periferia de um lado, e também nas práticas coloniais *internamente* às relações sociais nos países colonizados. Essas implicações se deram na constituição dessa colonialidade do poder e do saber, que para Quijano (2009; 2005) estabelece um protótipo, uma forma, de estabelecimento e exercício puramente moderna – única - que se conforma em um sistema de classificação social pautada na raça, no controle do trabalho, na produção de uma forma de conhecimento específica e poderíamos adicionar na apropriação - violenta - da natureza como instrumento da acumulação de capital. É nesses critérios que pode-se apontar a continuidade histórica das relações coloniais para além do colonialismo jurídico e que ganham durante o século XX e XXI uma dimensão expandida, por meio da ampliação e da expansão territorial das ações das empresas transnacionais sobre todo o mundo.

O que os autores situados nesse campo buscam fazer transparecer é que esse processo todo não é natural e fruto puramente de uma sequência histórica evolutiva, de uma passagem do atrasado (colônia) ao moderno (Europa/Ocidente), como se formula nos centros de pensamento ocidental³. Mas é sim resultado de um processo contraditório em que modernidade e

3 Essa discussão está presente em Lander (2005) “Ao fazer-se a abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios, o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e autogerado da sociedade moderna, que posteriormente se expande às regiões “atrasadas”. Nesta construção eurocêntrica, desaparece do campo de visão o colonialismo como dimensão constitutiva destas experiências históricas. Estão ausentes as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não-europeu. Desaparece assim do campo de visão a presença do mundo periférico e de seus recursos na constituição do capitalismo, com o qual se reafirma a ideia da Europa como único sujeito histórico”.

colonialidade se formam conjuntamente e produzem dimensões subjetivas, psicológicas, econômicas, políticas, culturais, territoriais a partir do projeto colonial.

Dessa perspectiva, é necessário admitir que a América e suas conseqüências imediatas no mercado mundial e na formação de um novo padrão de poder mundial, são uma *mudança histórica* verdadeiramente enorme e que não afeta somente a Europa, mas o conjunto do mundo. Não se trata de mudanças dentro do mundo conhecido, que não alteram senão alguns de seus traços. *Trata-se da mudança do mundo como tal.* Este é, sem dúvida, o elemento básico da nova subjetividade: *a percepção da mudança histórica* (QUIJANO, 2005, p.124).

Nesse sentido as práticas de poder e dominação sobre o outro, sobre si e sobre a natureza gestadas na aventura e conquista territorial das Américas viriam conformar as formas de relação de poder constitutivas do capitalismo e produzir todo um padrão de produção do conhecimento e de classificação social (pautado na raça⁴) que ganharia dimensões mundiais. Assis (2014, p. 615) destaca que os processos de evangelização, desenvolvimento, globalização, “procuram sustentar a concepção arbitrária de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente superior e normal” e que caberia aos povos subalternizados duas *alternativas* – que podemos chamar *infernais* em uma referência a Stengers e Pignarre (2018)– sua completa aniquilação ou a adoção de uma civilização imposta.

Essas alternativas vêm sendo elaboradas e reelaboradas no interior da capital-colonialidade em amplo sentido, buscando restringir o todo à lógica da acumulação capitalista. Isto é, duas mãos de um processo contínuo apontado por Marx (2013) já no capítulo XXIV do *Capital*, ao demonstrar o processo de acumulação “primitiva”. Essas alternativas que se constituem no interior do projeto colonial, nas colônias, especificamente na América Latina, ganham dessa forma essa conotação mundial, tornando-se prática dos agentes no modo de produção capitalista, demonstração do que Foucault denominou em uma palestra em 1976 de “efeito boomerang”.

[E]nquanto a colonização, com as suas técnicas e armas políticas e jurídicas, transportou obviamente o modelo europeu para outros continentes, também sofreu de um considerável *efeito boomerang* nos mecanismos de poder do Ocidente, nos aparatos, instituições e técnicas de poder. Toda uma série de modelos coloniais foram trazidos de volta para o Ocidente e o resultado disso foi a prática de algo semelhante ao colonialismo no Ocidente, ou mesmo um colonialismo interno (FOUCAULT, 1976 apud GRAHAM, 2013).

Não entraremos aqui no longo debate feito pelos autores pós-coloniais acerca da falta das discussões sobre colonialismo em Foucault, no entanto, essa passagem acima parece

4 Essa articulação entre formas de dominação de trabalho e raça, para Quijano (2005) se coloca como uma das dimensões fundadoras da colonialidade, que aponta que “uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (QUIJANO, 2005, p. 119).

extremamente pertinente e potencializadora para o argumento que aqui pretendemos sinalizar. Há uma relação/fluxo de mão dupla entre colônia e “Ocidente”, em que as diversas técnicas, aparatos e normativas testadas, experimentadas e implementadas na colônia são de alguma forma transplantados não só para outras experiências coloniais, mas também para a própria “metrópole”. Isto é, as práticas de poder perpetradas em um quadro de “acumulação primitiva”, ou de expulsões e brutalidade, como aponta Sassen (2016) nas colônias, são transformadas em prática comum em um capitalismo que se constitui global.

As colônias, em um primeiro momento, e as experiências realizadas pelas empresas capitalistas nos países subdesenvolvidos posteriormente, conformam verdadeiros laboratórios de práticas de dominação, controle e classificação social via trabalho, introduzindo e testando técnicas e conjuntos normativos mais adaptados a ampliação da acumulação de capital. Paulo Arantes (2004) bem demonstra esse processo ao falar da “fratura brasileira do mundo” - ou da *brasilianização*⁵ - observando como a realidade social brasileira que se conforma em um processo de modernização conservadora, com manutenção de uma série de características da sociedade colonial, com mecanismo de classificação social do trabalho (precário) e aspectos do capitalismo flexível, expande seus “traços dos *homens precários* da periferia” para todo o mundo. A brasilianização do mundo do trabalho possibilita que haja a associação entre trabalho compulsório e trabalho livre, implicando a possibilidade do indivíduo “ser empregado em qualquer circunstância, nada mais nada menos do que uma espécie de empregada doméstica à brasileira” (id, p.76) transformada em ordem global. Como aponta Arantes (2004) o Brasil, e podemos falar aqui também dos territórios coloniais, funcionam como um “laboratório do desenvolvimento desigual e combinado de um capitalismo que parece continuar o mesmo” (ARANTES, 2004, p.77). É, assim, no interior dos países colocados sob julgo do projeto colonial ibérico, nas Américas, e do imperialismo, na África -e posteriormente nos projetos capitalistas e extrativos levados a cabo nesses países - onde são testados os processos mais amplos de dominação social, controle territorial, subjugação de aspectos culturais, étnicos e de apropriação da natureza.

Quijano (2005) demonstra como esse processo colonial estabeleceu uma dinâmica de apropriação que favorecia o estabelecimento do projeto colonial-imperial-capitalista (em um sentido geral) e um combate, cooptação e aniquilação ao que poderia se constituir como

5 Arantes (2004) realiza um ensaio interessante de como o Brasil apresenta em sua constituição uma série de características complexas e poderíamos em diálogo com Francisco de Oliveira chamar de duais. Destacando esse histórico colonial e o fato de que “aqui o jogo entre a exceção e a regra prossegue na contravenção sistematicamente praticada pelas elites. É sempre bom lembrarmos que estreamos na vida soberana como um Estado negreiro, um infrator nato também, no caso, das leis internacionais contra a pirataria” (ARANTES, 2004, p. 75).

enfrentamento. Indicando como esse processo levou a configuração de um conjunto de formas de relações intersubjetivas em todo o mundo.

No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (QUIJANO, 2005, p. 121)

A permissividade do que se poderia realizar nesses territórios coloniais – nas fronteiras - implicou em um nível de violência física e simbólica na efetivação dos processos de dominação que inaugura um paradigma no controle da natureza e das populações, ao que Foucault (2008) denominaria de biopolítica ou que mais recentemente Mbembe (2016) viria a chamar de necropolítica. Isto é, formas de gestão e controle da vida e da morte de populações e grupos étnicos inteiros colocados a mercê de um projeto de expansão e apropriação territorial, que promovia processos de classificação social, enquadramento e normatização do “outro” a partir de imposição de práticas que negavam ou modificavam a existência social desse outro.

A noção de outro é bastante central para a compreensão desse contato, do processo de conquista, colonização, estabelecido nas Américas. Esse debate, marcado pela alteridade no contato entre colonizador e colonizado – que poderíamos trazer à atualidade entre “empresa capitalista” e população afetada - demanda a produção desse outro, processo demonstrado por Todorov (1983) em “A conquista da América – A questão do outro”, em que por meio de relatos e textos históricos vai buscar reconstruir uma história do processo de conquista das Américas, a partir desse encontro. Como Oliveira (2014) destaca, o exercício da dominação pressupõe a comunicação, a construção desse outro, e esse processo percebido por Todorov, dos quais um dos relatos mais elucidadores é a respeito da figura de Cortez e seu contato com Montezuma, imperador asteca.

Não vamos nos debruçar aqui sobre esse processo, no entanto nos é interessante destacar o papel que a comunicação e o conhecimento do outro teve na conquista realizada por Cortez, pois essas dimensões retornaram de certa forma na terceira parte do artigo. Todorov (1983) demonstra como Cortez se utilizou de interpretes e pessoas situadas no interior da sociedade Asteca para conhecê-la a fundo, realizando o que poderíamos definir como um primeiro estudo “etnológico/etnográfico”, buscando compreender as questões internas vinculadas a essa sociedade. Como aponta Todorov (1983) essa visão/forma de ação de Cortez romperia com as

práticas até então levadas a cabo pelos conquistadores, de puramente dominação pela força militar e pelo aparato tecnológico. Como aponta-se nessa passagem

Assim que fica sabendo da existência do reino de Montezuma, decide não apenas extorquir riquezas, como também **subjugar o reino**. Esta estratégia muitas vezes contraria os soldados da tropa de Cortez, que contam com lucros imediatos e palpáveis; mas ele continua intratável; assim, devemos a ele a invenção, por um lado, **de uma tática de guerra de conquista e, por outro, a de uma política de colonização em tempos de paz**” (TODOROV, 1983, grifos nosso).

Esse processo apontado por Todorov, parece inaugurar esse tipo de tática que será reproduzida e aplicada de distintas formas ao longo dos projetos coloniais, imperiais e extrativos, se fazendo ver inclusive nos dias atuais, como apontaremos mais a frente ao falar das estratégias e práticas empresariais de resolução de conflitos no setor mineral.

Ainda nesse campo de formas de controle de populações e territórios, mesmo que trabalhando em uma relação categorial “binômica” distinta, podemos realizar um diálogo com as proposições de Oliveira (2014) acerca dos processos de pacificação e tutela levados a cabo no Brasil, primeiramente no controle de populações indígenas e mais contemporaneamente no controle de populações em favelas nos grandes centros urbanos. Oliveira (2014) vai demonstrar de que forma essas duas formas-controle foram e são efetivadas de formas articuladas e distintas a depender dos processos, objetivos e interesses relacionados. Em um primeiro momento, por exemplo, estabelecesse na América um processo de guerra de conquista contra as nações indígenas, com subjugação das populações e lideranças.

O objetivo militar — a conquista e a submissão dos indígenas — era condição para a incorporação da população nativa (batismo e catequização) e para o posterior desenvolvimento de uma atividade econômica permanente (com o plantio da cana e a produção do açúcar), primordialmente voltada para o comércio exterior, que logo viria a se configurar como o modo de produção dominante na colônia. (OLIVEIRA, 2014, p.130)

A violência física militar era um primeiro momento para a então incorporação dessa população a lógica colonial – à guisa do processo de cercamento na Inglaterra e incorporação do trabalhador livre ao mercado, como aponta Marx -, como condição para o desenvolvimento da atividade extrativa colonial, voltada ao comércio exterior. Mais uma vez vemos aqui essa correlação entre capital, colonialidade e extrativismo, enunciada no início do texto.

Esse lado se dá conjuntamente com a tutela⁶, como uma “forma de dominação marcada pelo **exercício da mediação**” e dirigidas por princípios que envolvem contraditoriamente proteção e repressão (OLIVEIRA, 2014)⁷. Esse processo de tutela se realizava no primeiro

6 E não sem encontrar conflitos e contradições, uma vez que haviam divergências entre os setores envolvidos no empreendimento colonial, como entre colonos e missionários.

7 Oliveira (2014, p.144) aponta que a tutela tem como núcleo básico “a atribuição a um grupo do poder de falar e agir no lugar de outro, instituindo entre ambos uma relação complexa de expectativas e trocas assimétricas. Tal

momento do processo colonial – antes da implementação direta da mão-de-obra escrava negra – a partir da compreensão de que as populações indígenas eram centrais para o desenvolvimento econômico da colônia. Demandando assim um conjunto de técnicas de controle sobre essas populações, que favorecerem o papel desses no desenvolvimento das atividades laborais e o convívio com os portugueses. Era necessário “instaurar um permanente controle das ações, dos pensamentos e desejos dos nativos era julgado como absolutamente necessário para não permitir que eles recaíssem nos seus "antigos vícios" (OLIVEIRA, 2014, p.131). Tanto pacificação, como tutela, ganham uma conotação civilizatória, de transformação do “outro” a partir desses mecanismos. Transformação que demanda a constituição de um padrão (moral, político, religioso, econômico) e a a criação desse “outro” como exterior a esse padrão – ou ameaça – a ser subjugoado, ou transformado, como demonstram os processos de conquista e colonização.

Hönke (2018) demonstra esse processo ao descrever a adoção de práticas disciplinares e exercícios de poder indiretos por uma empresa mineira no Congo no início do século XX, buscando a conformação de trabalhadores mais produtivos, por meio da constituição de assentamentos proletários, incentivo a casamentos monogâmicos e fornecimento de moradia, alimentação, saúde e educação aos trabalhadores e as famílias. Um processo claro de biopolítica, de controle e gestão da vida e dos corpos, voltado ao funcionamento da acumulação extrativa.

Essa relação pacificação e tutela é transplantada ao longo da história como forma de controle do que se coloca como o “outro”, como aquele que se coloca como “risco” ou perigo a manutenção do *status quo*, ou da sociedade capitalista em si. Oliveira (2014) demonstra como essas categorias são operadas no contexto urbano nas áreas de favela a partir das políticas de criação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) militarizados ou de UPP social, em que conjuntamente a ação militar pretensamente se realizaria um conjunto de medidas e programas sociais, culturais e desenvolvimento comunitário. Essa relação entre controle militar (conquista-coerção) e controle social-subjetivo (colonização-consenso) parece ser uma chave das relações de poder e dominação largamente implementadas e testadas no processo de expansão territorial-colonial nas Américas. E fornece pistas interessantes para observar a centralidade dessas formas e práticas de poder na implementação e manutenção das atividades econômicas nos países ex-colônias e subdesenvolvidos principalmente vinculados a expansão de fronteiras de acumulação e apropriação de recursos naturais.

poder pode resultar da guerra e da conquista (situação colonial típica), de um mandato jurídico-político explícito ou de uma visão fortemente preconceituosa e discriminatória de um grupo em relação ao outro. Não consiste no uso puro e simples de um poder econômico e social, não é algo estritamente pessoal, patrimonial, nem deriva do parentesco. Embora tal condição de poder seja transmitida por processos institucionais, a sua função e conteúdo real nunca estão enunciados nas atribuições burocráticas”.

A dimensão contemporânea dos projetos minerais: práticas territoriais empresariais e as relações de poder no setor extrativo

O instrumento fundamental e **constante** para a existência e a continuidade da colônia foi a extensão espacial e temporal de uma espécie de "acumulação primitiva" que, associada à criação de um mercado suplementar e desvalorizado de trabalho, nunca prescindiu efetivamente das guerras e das pilhagens, do genocídio e do uso sistemático de um sistema de discriminação e preconceitos que opera à semelhança de qualquer racismo (OLIVEIRA, 2014, p.132, grifo nosso).

Essa passagem de Oliveira (2014) é bastante elucidativa em demonstrar o papel desse processo de acumulação primitiva, que se faz permanente (espacial e temporalmente) na continuidade das dimensões coloniais. De um lado mantendo as ações alicerçadas na violência e na coerção, e de outro, como buscaremos apontar, fazendo uso também sistemático de instrumentos e técnicas de controle, gestão, tutela, como diria Todorov (1983), “em tempos de paz”.

Esse processo histórico-estrutural de expansão territorial sob o continente americano, o consolidando como plataforma de exportação de recursos territoriais (BRANDÃO, 2010) involucrado por essa dimensão colonial na produção de subjetividade e das relações de poder se reafirma e reitera ao longo dos anos, ganhando novos contornos principalmente ao tomarmos como referência o período após 1990. A demarcação desse período para nós é interessante pelo processo de expansão dos projetos extração de commodities minerais, impulsionado pelo “efeito china” que teve implicações de ordem econômica, política e ambiental para os países latino-americanos de tal forma que alguns autores (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2012) passaram a denominar esse fenômeno de **neoextrativismo**. Esse período então se dá então com uma ampliação desenfreada dos projetos extrativos em todo o continente latino-americano e na África, de forma a determinar um conjunto de impactos e alterações nos territórios e nas formas de vida das populações. Todo esse processo, assim como no período colonial, não se realiza sem conflitos de ordem territorial ou epistêmica, enquanto visão do mundo. Desde 1980 há uma ampliação de um conjunto de movimentos, organizações locais, regionais e nacionais, voltadas a questionar, criticar e enfrentar o conjunto de projetos extrativos. No caso da mineração esse processo é bastante largo na América Latina com um conjunto de ações comunitárias, indígenas, campesinas contrárias a instalação de projetos de mineração em seus territórios, com movimentos sociais existentes em vários países do continente, como no caso brasileiro, com a criação em 2013 do Movimento por Soberania População na Mineração (MAM).

Esse processo de ampliação das resistências sociais de um lado e de outro a ampliação em nível global das discussões de justiça ambiental vão implicar em dificuldades no avanço da fronteira colonial-extrativa sobre os territórios, o que vai de encontro diretamente ao projeto das grandes empresas transnacionais e à acumulação de capital. É nesse sentido que um conjunto de técnicas e formas de trato com essas populações são operadas: desde ações militares amparadas pelos Estados-nação, com a justifica de segurança e interesse nacional, até ações perpetradas pelas próprias empresas de aquisição de terras, contratação de milícias privadas⁸, compra de lideranças, bem como ações que se colocam no campo do que denominada de Responsabilidade Social Empresarial, ou de obtenção de uma “licença social para operar” por parte das comunidades e populações diretamente afetadas.

Se, no colonialismo histórico, a rapina dos recursos naturais se legitimava pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto de colonialidade na apropriação da natureza, há outros mecanismos de poder que promovem a aceitabilidade da exploração territorial, dentre os quais se destacam: consideração, como vantagem comparativa no mercado mundial, a extração de riquezas naturais; discurso da disponibilidade de terras vazias, degradadas e inexploradas; necessidade de tornar o território economicamente produtivo; criação da ideia-força de que o progresso e o crescimento econômico se atrelam à extração de riquezas naturais; conciliação e harmonia entre exploração capitalista da natureza e preservação ambiental; e integração dos produtos primários à economia global como forma de pavimentar o caminho para era moderna (ASSIS, 2014, p. 616)

Além desses argumentos expressos acima como formas de aceitabilidade da exploração territorial podemos situar um conjunto de ações levadas a cabo quando o simples discurso da ideia de progresso não se efetiva: que tratam-se do que denominamos aqui de práticas empresariais de produção do consenso e de “gestão do risco social” (HÖNKE, 2018). Há a partir da década de 1980, com essa expansão tanto dos projetos mineradores, quanto dos conflitos, o estabelecimento e experimentação de um conjunto de técnicas de antecipação, resolução e mitigação dos conflitos, levada a cabo tanto pelos Estados, e principalmente pelas corporações mineradoras, com vias de concretizar seus projetos extrativos. Essas formas de atuação e relações de poder passam a ter no período contemporâneo as grandes empresas como operadoras centrais das práticas de controle social e territorial, por meio do “governo privado indireto” (MBEMBE, 2001; HÖNKE, 2018). Essas práticas nos parecem remeter, ainda que operando outro linguajar e campo categorial – corporativo e managerial – às formas de controle de populações e territórios estabelecidas e desenvolvidas no projeto colonial, nas áreas de interesse político e econômico das metrópoles, centradas nas formas de pacificação e tutela. Algumas pistas dessa reflexão podem ser encontradas em Hönke (2018) que ao estudar as formas de governança das mineradoras na

8 Essas ações, de cunho mais coercitivo, são centrais para o estabelecimento dos projetos extrativos, no entanto, para fins desse texto buscaremos discutir mais a respeito das formas de exercício do poder pautadas no consenso.

República Democrática do Congo⁹ aponta que “há também marcantes semelhanças entre as tentativas de ordenamento corporativo da era colonial e as práticas contemporâneas das empresas no mundo pós-colonial” (HÖNKE, 2018, p.108).

Assim, como viemos demonstrando sobre as práticas de poder no período colonial pautadas em ações de tutela (paternalistas) e de coerção, autores como Hönke (2018), Gaviria (2015) e Acselrad e Pinto (2009), demonstram que no período contemporâneo as práticas empresariais no setor mineral continuando se pautando nesses dois tipos de ação, de um lado a violência física, muitas vezes resguardada pelo próprio Estado e em outros casos fazendo uso de técnicas de governo indireto e de engajamento participativo. Esse processo se realiza a partir da gestão empresarial do território, sendo as empresas que “definem os espaços e grupos de pessoas a serem integrados na ordem liberal, ou alternativamente governados por formas mais antigas de coerção, governo indireto e exclusão. Lógicas paralelas e duplos padrões caracterizam as práticas que garantem a extração comercial” (HÖNKE, 2018, p.113-114).

No que concerne as práticas realizadas no período colonial, tanto na América, quanto na África, essas estavam mais associadas, como demonstramos no controle do trabalho, por meio de mecanismos de classificação (QUIJANO, 2005), tutela (OLIVEIRA, 2014) e paternalismo (HÖNKE, 2018), uma vez que a relação com as comunidades no entorno e afetadas pelos projetos mineradores se alicerçava principalmente na lógica da coerção e do governo indireto, como forma de governamentalidade do período colonial (MBEMBE, 2001;2016). Isto devia-se principalmente pelo caráter que o Estado assumia nas experiências coloniais e de que forma as lógicas territoriais eram colocadas frente a esse projeto.

No caso contemporâneo, para além das permanências e convivência do Estado-nação na violência sobre os territórios com fins de obtenção de parcela da renda extrativa, como aponta a discussão do “neoextrativismo”, o foco das ações das práticas empresariais de controle e gestão extrapolam o espaço da mina em si e atinge o que se denomina cinturão comunitário, isto é, as comunidades localizadas no entorno do projeto extrativo. Essa extrapolação faz com que não mais apenas os funcionários da empresa passem a ser visto como foco das políticas de gestão e controle com fins produtivos, mas os próprios sujeitos direta ou indiretamente afetados. E isso deve-se a esse quadro de ampliação dos conflitos relacionados a projetos extrativos que apresentamos acima, que não pode mais apenas ser resolvido por meio de ações brutais por parte das empresas ou do Estado. Uma vez que há no cenário internacional uma pressão de

9 A autora ao analisar as práticas da empresa Union Minière du Haut Katanga na região do Congo no início do século XX aponta que a manutenção da produção envolvia não só a proteção da propriedade privada pela força privada, mas também como hoje, de políticas comunitárias implementadas pela empresa para criar condições de trabalho estáveis para a atividade econômica” (HÖNKE, 2018, p.114)

organizações ambientais e de direitos humanos em defesa das comunidades atingidas, que pode implicar em danos a reputação das empresas e conseqüentemente em seus ativos e ações.

Dessa forma, a ampliação desse conjunto de práticas que denominamos de “gestão do risco social” nas últimas décadas estão vinculadas à obtenção do que os teóricos do próprio setor (consultores) definem como “licença social para operar”. Essa licença social não trata-se de um processo formal garantido, como as licenças para instalação e operação dos empreendimentos, mas sim uma “aprovação”, produzida empresarialmente, do projeto minerador pelas comunidades enquanto stakeholder¹⁰ privilegiado. Não se compreende também a licença social como um mero momento do processo de operação dos empreendimentos, mas sim um processo dinâmico e complexo (ACSELRAD, PINTO, 2009; GAVIRIA 2015) que apresenta diferentes formas de concretização durante a vida do empreendimento, bem como busca acompanhar as diferentes formas de organização e mobilização das comunidades. Operando assim, diferentes mecanismos, a depender dos processos e fluxos em curso, bem como das realidades específicas engendradas, experimentando e Tateando, construindo e inovando os instrumentos regulatórios, as axiomáticas, as formas de gestão, do início ao fim do empreendimento mineral.

É assim, “uma estratégia empresarial de intervenção política orientada à consecução do consentimento, quando considerado relevante para fazer mais eficiente a atividade extrativa ou mesmo para garantir sua continuidade” (GAVIRIA, 2015, p. 143). Busca de consentimento que objetiva a antecipação ou resolução de conflitos entre empresa e comunidades, tendo em vista o conjunto de entraves que podem ser perpetrados ao processo de acumulação por meio da ação das comunidades. Essas formas de antecipação e resolução de conflitos demanda um constante acompanhamento e estudo das comunidades e das relações comunitárias, nos quais as empresas fazem uso de um conjunto de ações (HÖNKE, 2018). Essas ações podem envolver a existência de um departamento de relações públicas e/ou comunitárias, o uso de agentes de mediação e negociação de conflitos, bem como de espionagem, como forma de realizar um amplo conhecimento das pessoas e/ou organizações que podem ofertar algum tipo de risco ao projeto. Essas ações de mediação e conhecimento nos parecem fornecer conexões com os processos de produção/apropriação colonial realizados nas práticas de pacificação e tutela das populações indígenas, bem como nas ações perpetradas por Cortez, demonstradas por Todorov (1983), ao buscar conhecer amplamente a população Asteca e fazer uso de interpretes nas negociações, da

10 O conceito de stakeholder é utilizado largamente pela literatura managerial e pode-se traduzir como “parte interessada”, sendo utilizado nas análises de risco das empresas como todo agente que tem algum tipo de relação com o empreendimento mineral. Como apontam Acselrad e Pinto (2009) e as ações da sociedade civil passam a ser compreendidas por consultores empresariais e pelas empresas como “risco social” que “ocorre quando um stakeholder empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação (explorando sua vulnerabilidade através da reputação da imagem corporativa)” (KYTLE; RUDGE, 2005 apud ACSELRAD; PINTO, 2009)

qual uma figura emblemática é a indígena mexicana Malinche. Hönke (2018), a partir da experiência no Congo, que

As empresas consideram a comunicação uma técnica chave para prevenir a insegurança. As consultas [as comunidades vizinhas do projeto extrativo] também deveriam supostamente servir para dissolver queixas, dando às pessoas a oportunidade de expressar suas reclamações e demandas sem recorrer à violência. No entanto, os agentes dessa articulação também podem ser interpretados como uma extensão da inteligência interna, já que são informantes colocados dentro das comunidades e fornecem informações locais. Isto faz do engajamento comunitário um esforço ambivalente. Os agentes de articulação têm formalmente um mandato social, mas podem ser vistos como importantes “olhos e ouvidos” adicionais das empresas nas comunidades da mineração. Nessa lógica, eles fazem parte dos serviços de inteligência, um sistema de alerta precoce que ajudaria a aumentar a conscientização quanto aos riscos (HÖNKE, 2018, p.120)

Essa antecipação busca levantar e mapear – adicionando em uma matriz – o conjunto das pessoas envolvidas (stakeholders) definindo o grau de conflitividade, nível de interesse, as expectativas, apontando cursos de ação a serem tomados no relacionamento com esse sujeito (individual ou coletivo)¹¹, como forma de impedir ou resolver o conflito que possa afetar a atividade extrativa. As práticas empresariais, que chamamos de políticas de “gestão do risco social” ou como apontam Benson e Kirsch (2010), *políticas de resignação*, isto é, que buscam resignar a população e garantir sua aceitação e identificação psicológico, em alguns casos, com os projetos extrativos, se aproximam de formas de dominação e controle de territórios e populações desenvolvidas no entorno dos projetos coloniais, e reforçam a dimensão da colonialidade nos países do sul.

Esse processo demarca a permanência das dimensões coloniais, uma vez que a maioria das populações localizadas no entorno de projetos extrativos são populações apartadas do grau de desenvolvimento econômico e acesso aos bens da “sociedade ocidental”, em razão de parte das jazidas minerais localizarem-se em áreas afastadas dos grandes núcleos urbanos. Grande parte das populações afetadas direta e indiretamente pelos projetos mineradores é composta de indígenas, quilombolas, camponeses, comunidades tradicionais, que tem seu modo de vida e de reprodução social profundamente afetado pelo projeto extrativo industrial. São essas populações que sofrem os impactos ambientais e sociais engendrados pelos processos extrativos, e pelos “desastres” frutos desse, como o caso das comunidades indígenas ao longo do Rio OK Tedi em Papua Nova Guiné, atingidos pela poluição da mineradora BHP ao longo dos anos 1990 (KIRSCH, 2014), ou o caso das populações localizadas ao longo do Rio Doce, devastado pelo rompimento da barragem de rejeitos de propriedade da Samarco, Vale e BHP Billiton, compostas

11 Os cursos de ação possíveis são muito variados, indo desde da oferta de cursos, atividades de lazer, projetos de infraestrutura para a comunidade, como escolas, postos de saúde, parques, bem como investimento em equipamentos e melhores nas casas e lotes rurais, entre outros. Demarcando assim um caráter tutelar-assistencialista também presente nessas políticas.

majoritariamente de populações negras (WANDERLEY, 2015). Sendo essas as populações-alvo das práticas de controle e gestão da vida, das *bio* e *necropolíticas*, seja no período colonial ou nos novos marcos do extrativismo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de apresentar conclusões esse artigo se propôs a buscar realizar algumas tessituras entre as discussões de colonialidade e extrativismo. Buscando observar de que forma as práticas de governança e políticas territoriais realizadas pelas empresas mineradoras no período contemporâneo, tem relação com as práticas de poder perpetradas durante o período colonial. Observar essas relações nos parecem interessante para acionar chaves de leitura acerca da permanência das dimensões da colonialidade nos diferentes campos da vida social, política e econômica dos países colonizados. E ainda mais indicar de que forma a lógica extrativa na qual esses países estão estruturados tem relevância na permanência dessas relações desiguais de poder estabelecidas.

Se observa também que apesar de apresentar variações – com ressalvas-, principalmente quanto a forma de ação territorial por parte das empresas e Estado, há uma continuidade das práticas de coerção e governo indireto, como podemos observar nos massacres cometidos à populações camponesas e indígenas, assassinato de lideranças, uso de força policial em protestos e atividades, bem como permanência e ampliação das ações de “tutela” e “paternalismo” que ganham novos nomes por meio das práticas de “responsabilidade social” “investimento privado direto” “engajamento de comunidades”. Práticas sociais e territoriais que continuam a objetivar a manutenção e ampliação dos projetos capitalistas extrativos, de forma a subjugar e “resignar” a população a impossibilidade de modificação da realidade, garantindo a aceitação e a não resistência e conflito frente às violações de direitos humanos, as expulsões territoriais e as modificações nas formas tradicionais de vida.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; PINTO, Raquel G. A Gestão empresarial do risco social e a neutralização da crítica. **Praia Vermelha (UFRJ)**, v. 19, 2009.

ARANTES, Paulo. Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: _____. **Zero à Esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.

ASSIS, Wendel F. T. DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014

BENSON, P.; KIRSCH, Stuart. Capitalism and the Politics of Resignation. **Current Anthropology**, Vol. 51, No. 4 (August 2010), pp. 459-486.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Clacso, Buenos Aires, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

GAVIRIA, Edwin A. M.. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 17, p. 138-154, 2015.

GRAHAM, Stephen. O boomerang de Foucault: o novo urbanismo militarizado. **Open Democracy**, 2013. Tradução de Book Bloc, disponível em <https://rda69.files.wordpress.com/2015/01/graham-o-boomerang-de-foucault-o-novo-urbanismo-militarizado.pdf> Acesso em : 20 fev 2019.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social**, 2009.

HÖNKE, Jana. As multinacionais e a governança da segurança nas comunidades: Participação, disciplina e governo indireto. In: ACSELRAD, Henri [org] **Políticas territoriais, empresas e comunidades – O neoextrativismo e a gestão empresariais do “social”**. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2018.

KIRSCH, Stuart. **Mining Capitalism -The relationship between Corporations and their critics**. University of California Press, California, 2014.

Lander, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In _____ [org] **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Clacso, Buenos Aires, 2005.

MBEMBE, Achille. On the Postcolony. Berkeley, Ca: University of California, **Press**, 2001.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n.32. UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco. Pacificação e Tutela militar na gestão de populações e territórios. **MANA** 20(1): 125-161, 2014

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Clacso, Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. IN: Santos, Boaventura de Souza. **Epistemologias do Sul**, Coimbra, Almedina, 2009.

SASSEN, Saskia. **Expulsões – brutalidade e complexidade na economia global** Trad. Angélica Freitas, Rio de Janeiro, Editora Paz & Terra, 2016.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Phillippe. **La brujeria capitalista**. Hekht, Buenos Aires, 2018.

SVAMPA, M.. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina**. OSAL XIII, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América – A questão do outro**. Martins Fontes, São Paulo, 1983.

WANDERLEY, Luiz J. **Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica**, 2015.